

Operação mira contratos de prefeituras que seriam ligados ao PCC

<https://dokimasia.com.br/wp-content/uploads/2024/04/rj-2.mp3>

Ministério Público de São Paulo cumpre 15 mandados de prisão

O Ministério Público (MP) de São Paulo faz nesta terça-feira (16) uma operação contra um suposto esquema de fraudes em licitações associado à facção criminosa PCC.

Foram expedidos 15 mandados de prisão, sendo três contra vereadores da região do Alto Tietê e do litoral paulista. São cumpridas ainda 42 ordens de busca e apreensão.

De acordo com os promotores do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), o esquema atuava para fraudar licitações em 12 municípios paulistas, incluindo a capital, cidades da Grande São Paulo, interior e Baixada Santista.

Segundo o MP, ao orientar os vencedores das licitações, os contratos atendiam aos interesses da facção criminosa. Entre os crimes que teriam sido praticados pelo grupo há corrupção de agentes públicos, fraude em documentos e lavagem de dinheiro.

Fim de Linha

Há uma semana, o MP lançou a Operação Fim de Linha, a partir de investigações que indicam a participação do PCC em empresas de ônibus concessionárias do transporte público na capital paulista. Foram cumpridos quatro mandados de prisão.

A prefeitura de São Paulo assumiu a gestão de duas empresas que, segundo os promotores, têm envolvimento com o PCC. A UpBus e a Transwolff transportam cerca de 650 mil passageiros por dia.

A medida foi tomada para evitar a interrupção dos serviços à população. Em 2023 as

Operação mira contratos de prefeituras que seriam ligados ao PCC

companhias receberam mais de R\$ 800 milhões de remuneração por contratos com a prefeitura de São Paulo.

Edição: Denise Griesinger

Agência Brasil